

JE

Jornal dos Economistas

Nº 324 Julho de 2016

Órgão Oficial do Corecon-RJ e Sindecon-RJ

Ponte para o Passado

Celso Amorim, Marcelo Carcanholo, Antonio Corrêa de Lacerda, Marcio Pochmann, Arthur Koblitz, Carlos Pinkusfeld Bastos, J. Carlos de Assis e o Fórum Popular do Orçamento analisam as políticas do governo interino, antecipadas no documento Uma Ponte para o Futuro



Ponte para o Passado

As políticas do governo interino Michel Temer, antecipadas em outubro de 2015 no documento programático Uma Ponte para o Futuro, são o objeto de estudo desta edição.

Na abertura, publicamos entrevista exclusiva com Celso Amorim, ex-ministro das Relações Exteriores e da Defesa, que fala sobre a guinada conservadora do governo Temer na política exterior e avalia a participação do Brasil em blocos econômicos.

Marcelo Carcanholo, da UFF, afirma em artigo que a estratégia de desenvolvimento do governo interino já foi aplicada nos anos 90 e resultou em baixo crescimento, concentração de renda e riqueza e crescente fragilidade das contas e da vulnerabilidade externas.

Antonio Corrêa de Lacerda, da PUC-SP, acredita que a recuperação econômica será lenta, porque persistem os fatores que determinaram a retração: cortes de gastos e investimentos públicos, taxa Selic elevada, queda dos preços das commodities, Operação Lava-Jato e crise política.

Marcio Pochmann, da Unicamp, questiona se o impulso do setor externo será suficiente para tirar a economia brasileira da recessão. Ainda que isso aconteça, o padrão de recuperação econômica simples, desacompanhado da elevação do investimento, resultaria em baixo dinamismo e estagnação da renda per capita.

Arthur Koblitz, doutor pelo IE/UFRJ, apresenta argumentos contra a anunciada deflagração de um amplo processo de privatização, inclusive na área de saneamento básico, no governo Temer.

Carlos Pinkusfeld Bastos, do IE/UFRJ, pergunta se é válido depositar tanta fé no modelo neoliberal, que é contestado até por antigos defensores, apresentou resultados duvidosos no Brasil no passado e sinaliza para um aprofundamento da crise atual.

J. Carlos de Assis, doutor pela Coppe/UFRJ, prevê que as políticas monetárias e fiscais de extrema restrição adotadas por Henrique Meirelles e BC levarão a uma contração do PIB sem precedentes e a taxas de desemprego da ordem de 15 a 25%.

O artigo do FPO avalia o projeto Uma Ponte para o Futuro à luz do implementado na cidade do Rio pelas administrações do PMDB nos seguintes aspectos: trato orçamentário, Previdência e terceirizações.

Sumário

Entrevista: Celso Amorim.....	3
“Não tenho a menor dúvida de que haverá uma guinada conservadora na política externa”	
Ponte para o Passado.....	4
Marcelo Dias Carcanholo	
De volta para o futuro ou rumo ao passado?	
Ponte para o Passado.....	6
Antonio Corrêa de Lacerda	
A saída da crise ainda será demorada	
Ponte para o Passado.....	8
Marcio Pochmann	
Brasil do futuro incerto	
Ponte para o Passado.....	10
Arthur Koblitz	
Por que quase todo economista deveria se preocupar com as privatizações do governo Temer?	
Ponte para o Passado.....	12
Carlos Pinkusfeld Bastos	
Uma ponte para o atraso	
Ponte para o Passado.....	14
J. Carlos de Assis	
Ponte para o abismo	
Fórum Popular do Orçamento	15
A ponte do Rio que cai	

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 9h às 10h30, na Rádio Livre, AM, do Rio, 1440 khz ou na internet: www.programafaixalivre.org.br ou www.radiolivream.com.br

JE Jornal dos
Economistas

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, José Ricardo de Moraes Lopes, Sidney Pascountto da Rocha, Gilberto Caputo Santos, Marcelo Pereira Fernandes, Gisele Rodrigues, João Paulo de Almeida Magalhães, Sergio Carvalho C. da Motta, Paulo Mibielli Gonzaga. **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro. **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda-ME (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866). **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (rossana.henriques@gmail.com). **Ilustração:** Aliedo. **Revisão:** Bruna Gama. **Fotolito e Impressão:** Edigráfica. **Tiragem:** 13.000 exemplares. **Periodicidade:** Mensal. **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20040-906
Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106
Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: José Antonio Lutterbach Soares. **Vice-presidente:** Sidney Pascountto da Rocha. **Conselheiros Efetivos:** 1º TERÇO: (2014-2016) Arthur Câmara Cardozo, Gisele Mello Senra Rodrigues - 2º TERÇO: (2015-2017) Antônio dos Santos Magalhães, Gilberto Caputo Santos, Jorge de Oliveira Camargo - 3º TERÇO: (2016-2018) Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Sidney Pascountto Rocha, José Antônio Lutterbach Soares. **Conselheiros Suplentes:** 1º TERÇO: (2014-2016) Andréa Bastos da Silva Guimarães, Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Marcelo Pereira Fernandes - 2º TERÇO: (2015-2017) André Luiz Rodrigues Osório, Flavia Vinhaes Santos, Miguel Antônio Pinho Bruno - 3º TERÇO: (2016-2018) Arthur Cesar Vasconcelos Koblitz, José Ricardo de Moraes Lopes, Sergio Carvalho Cunha da Motta.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000. Tel.: (21)2262-2535 Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192. Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Mandato – 2014/2017

Coordenação de Assuntos Institucionais: Sidney Pascountto da Rocha (Coordenador Geral), Antonio Melki Júnior, Jose Ricardo de Moraes Lopes e Wellington Leonardo da Silva

Coordenação de Relações Sindicais: João Manoel Gonçalves Barbosa, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos.

Coordenação de Divulgação Administração e Finanças: Gilberto Alcântara da Cruz, José Antonio Lutterbach e André Luiz Silva de Souza.

Conselho Fiscal: Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Luciano Amaral Pereira e Jorge de Oliveira Camargo

“Não tenho a menor dúvida de que haverá uma guinada conservadora na política externa”

O ex-ministro das Relações Exteriores e da Defesa nas administrações do PT concedeu entrevista exclusiva ao JE.

P: É melhor para o Brasil estar alinhado e participar de blocos econômicos com países do chamado sul-sul ou com os países centrais?

R: A gente não tem que estar alinhado, propriamente, com ninguém. O Brasil tem que jogar em vários campos simultaneamente e tirar partido de várias relações. Você não pode abrir mão de relações com os EUA e Europa, mas não se pode deixar absorver totalmente, de forma que te impeça de ter relações econômicas com outros grupos de países. O que eu procurei fazer como Ministro das Relações Exteriores foi a diversificação das relações. Não era abandonar os EUA e União Europeia, mas não queríamos a ALCA, porque nos colocaria sob um guarda-chuva de integração econômica com um país do norte. Nós abrimos outros horizontes: os BRICS, países árabes, africanos, a América Latina e especialmente a América do Sul.

Não é por a gente não ter se interessado em aumentar as exportações para os EUA e Europa. É que tudo o que era fácil exportar pra eles nós já exportamos. É muito difícil aumentar as exportações para eles.

Quando se trata de acordos comerciais, eu daria preferência a países de nível de desenvolvimento semelhante. Ou então acordos globais na OMC, onde você tem um jogo de forças que permite certo equilíbrio, ao

contrário do que acontecia, por exemplo, na negociação da ALCA. O Brasil estava fazendo inúmeras concessões que teriam consequências restritivas para a nossa indústria de bens de capital e farmacêutica, além de limitar certas opções de políticas sociais de saúde etc.

Algo parecido, mas não na mesma escala, se passou com a União Europeia. Nós conseguimos colocar a negociação em um trilha mais aceitável, mas na hora de fazer concessões concretas, eles se revelavam muito protecionistas e queriam que a gente fizesse grandes aberturas, então não chegamos a um acordo.

P: A crítica na mídia é de que o Brasil perdeu o bonde da história e está se prejudicando porque não tem acordos bilaterais e não participa desses grandes acordos...

R: Isso é uma tolice. Os BRICS, inclusive a China, que é a economia que mais cresceu no mundo nos últimos anos, não têm acordos desse tipo. Aliás, a China não foi sequer convidada a fazer parte dessa Parceria Transpacífica, a TPP. Esses acordos propostos pelos países centrais também têm objetivos geopolíticos, não só econômicos. Um dos objetivos do TPP foi isolar a China. Esses acordos têm cláusulas que são muito prejudiciais aos países em desenvolvimento. Talvez não a países pequenos. Num país do tamanho do Chile, por exemplo, a capacidade de se ter uma grande indústria de bens de capital ou químico-farmacêutica é muito limitada. Mas isso não é o caso de Brasil ou Índia.

O novo governo interino entrou com grande entusiasmo nesses acordos bilaterais. Mas na última entrevista do ministro Serra foi no sentido

de “ah, a gente tem que ver, não podemos só fazer concessões”. É muito mais complexo do que se pensa. A maioria desses especialistas não conhece realmente as peculiaridades ou então têm um interesse velado.

P: O senhor espera uma guinada nessa política externa brasileira nesse governo?

R: Supondo que o governo interino fique, eu não tenho a menor dúvida de que haverá uma guinada conservadora. A dimensão desse conservadorismo talvez seja menor que o anunciado. As vantagens são menores e o preço a pagar é mais alto. Quando estávamos negociando com a UE no Mercosul, parecia que se poderia chegar a alguma coisa. Depois se revelou muito difícil. Os europeus foram muito restritivos em carnes, e eles acham que somos restritivos em manufaturas. Quando pareceu possível um acordo, os industriais brasileiros ficaram muito assustados. As coisas parecem muito tentadoras quando estão longe. Isso acabará talvez modificando as atitudes.

Já na integração sul-americana e com África, árabes e BRICS, você precisa de uma ação afirmativa. Se você não puser ênfase, a tendência natural é caminhar para o que já existia, em que o Brasil tem uma situação de dependência, de país periférico.

P: Qual a sua avaliação do Mercosul e da Unasul?

R: **O processo de integração latino-americana é muito importante também porque assegura a paz e um clima de cooperação na região.** O Brasil tem dez fronteiras e os dois países que não têm fronteiras, Chile e Equador, estão



muito próximos de nós. Ter um relacionamento pacífico e de cooperação é absolutamente fundamental para o nosso desenvolvimento.

Do ponto de vista econômico, não há a menor dúvida de que o Mercosul é um êxito. Os países do Mercosul representavam pouco mais de 4% da nossa pauta de exportação, passaram em certo momento a representar 12 ou 14% e depois caíram um pouco com a queda no preço das commodities. As empresas brasileiras têm investimentos em todos os países.

O Mercosul fortalece também nossa capacidade de negociação externa, por exemplo, com a EU. Ela negociou com o Chile, mas aí é uma negociação em que impõem grande parte das condições. Com o Mercosul não, nós temos uma condição muito melhor de negociar.

Há problemas no Mercosul, como a UE também tem, mas eles têm que ser resolvidos sem a fragmentação, com cada um negociando com o seu lado, o que acabaria o bloco. O que é necessário é um aprofundamento do Mercosul, por exemplo, eliminando a dupla cobrança da tarifa externa comum e fazendo acordos de serviços e de compras governamentais pra valer.

De volta para o futuro ou rumo ao passado?

Marcelo Dias Carcanholo*

O atual governo (provisório) cansou de justificar, dentre outras razões, a necessidade do golpe – embora não use este termo – pela profunda crise econômica que o Brasil atravessa ao menos desde 2011. O famigerado documento “Uma Ponte para o Futuro”¹ não passa de uma agenda de reformas no intuito de retomar o crescimento e o desenvolvimento da economia brasileira no atual contexto. O que se assiste nestes dias é o embate político na tentativa deste atual governo de aplicar essa agenda. Mas qual o seu sentido?

Em primeiro lugar, é de ressaltar que a agenda econômica proposta no documento afirma que ela constitui tanto uma necessidade como (quase) um consenso. Uma das mensagens, portanto, é que uma agenda consensual se define pela impossibilidade de contraposição. Afinal, trata-se de uma agenda que se pretende meramente técnica, da implementação de uma política econômica correta, que, de acordo com suas pretensões, leve a economia brasileira de volta a uma trajetória de investimentos, crescimento, distribuição e, portanto, desenvolvimento.

Mas que agenda é essa que, além de necessária, parece a única proposta correta para retirar a economia brasileira da crise em que se encontra? Basicamente, ela se compõe de dois elementos. Em primeiro lugar, a política econômica tem que ser instrumentalizada de forma a garantir a estabilização macroeconômica.

Por um lado, a política cambial deve evitar atuações erráticas, pro-

curando manter uma taxa de câmbio ao longo do tempo que nem seja muito baixa, penalizando as exportações, nem muito elevada, de forma a pressionar uma inflação de custos. O regime de câmbio flutuante, com atuações pontuais do Banco Central que impeçam as instabilidades muito bruscas – para cima ou para baixo – é o que está proposto.

Do ponto de vista da política monetária, trata-se de ser mais rigoroso no regime de metas inflacionárias. Isto é, além de manter a política monetária com base nesse regime, a proposta é aprofundar o compromisso com a obtenção de taxas de inflação dentro da margem de erro em relação ao centro da meta, se possível com valores cada vez mais próximos desta, para gerar credibilidade no mercado, evitando os ruídos na formação das expectativas dos agentes que, além de comprometer a estabilidade dos preços, interferiria na eficácia da própria política monetária no médio e longo prazos, ao menos no seu objetivo de combater à inflação. Na prática isso implica, por um lado, maior esforço no cumprimento da meta, o que, na atual conjuntura de crescimento da inflação, leva a maiores taxas básicas de juros, ou, no mínimo, postergação de possíveis reduções nessa taxa. Por outro lado, a política monetária deveria ser mais rígida ao reduzir, pouco a pouco, as margens de erro, em torno da meta. Trata-se de, com menores margens de erro, garantir ao mercado a seriedade no cumprimento da meta, deixando para essas margens apenas a possibilidade de choques inesperados no valor da taxa de inflação.

A política fiscal, por sua vez, cumpre um papel central. Segundo o diagnóstico, o caráter irresponsável (ampliação dos gastos públicos, aliada à desoneração de alguns setores) do governo anterior teria construído uma trajetória crescente dos déficits públicos que, para serem financiados, teriam levado a uma trajetória também ascendente da dívida pública. Esta seria, segundo a concepção econômica do governo provisório, a causa básica da atual profunda crise da economia brasileira.

Como o governo estaria obrigado a tomar financiamento no mercado de crédito, isto elevaria as taxas reais de juros, o que deprime os investimentos privados e freia o crescimento econômico. Assim, a precondição para a retomada deste último seria uma ampla reforma fiscal (redução dos gastos públicos e recuperação da capacidade de arrecadação estatal), que reduziria a pressão da demanda estatal no mercado de crédito. Daí as propostas atuais de fixar tetos para os gastos públicos ao longo do tempo, evidentemente apenas das despesas correntes (educação, saúde, moradia, funcionalismo público, programas sociais, etc.), uma vez que as despesas financeiras com a rolagem da dívida pública são – ao menos para a economia política deste governo – inquestionáveis.

Mas a política econômica responsável pela manutenção da estabilidade macroeconômica seria uma condição necessária, mas não suficiente para a retomada dos investimentos privados. Seria necessário ainda um amplo conjunto de reformas (trabalhista, previdenciária, expansão das privatizações etc.),



que tenham como objetivo a redução da atuação estatal nos distintos mercados, tanto em termos de atuação produtiva como de intervenção em termos de legislação e regulamentação. Não é outra a razão da defesa de uma nova reforma da previdência, da flexibilização das leis trabalhistas, incluindo a ampliação da terceirização até mesmo para atividades-fim, da expansão do capital privado nos novos investimentos (privatizações). Segundo o diagnóstico, as reformas garantiriam um ambiente mais competitivo para que os investimentos privados, já com a precondição de menores taxas reais de juros, encontrem espaços com viabilidade financeira para seus projetos.

Também faz parte da agenda retomar o caráter dependente de nossa economia nos processos de integração regional e negociações comerciais na economia mundial. Volta toda a argumentação segundo a qual nossa economia deve ampliar a abertura comercial e financeira, integrar-se na globalização econômica, de acordo com nossas vantagens comparativas, is-

to é, re-especialização em produção e exportação de commodities.

Não parece familiar? Estabilização macroeconômica como condição e reformas estruturais pró-mercado não constituem uma estratégia de desenvolvimento que se possa chamar de novidade. É justamente isso o que defendia, e continua defendendo, o neoliberalismo! Não há espaço aqui para argumentar que nem o governo anterior se afastou (muito) dessa estratégia, mas o fato é que aquilo que o governo atual (provisório) está vendendo como novidade – além de necessário e incontestável – para retirar a economia brasileira da crise nós já experimentamos.

Foi justamente a estratégia neoliberal de desenvolvimento, aplicada de forma mais extensa e intensa a partir dos anos 90 do século passado, que construiu uma trajetória de baixo crescimento, concentração de renda e riqueza, crescente fragilidade das contas e da vulnerabilidade externas de nossa economia, que culminou na crise cambial de janeiro de 1999. Os governos do PT não romperam com essa estratégia; apenas conviveram, durante algum tempo (até 2007) com um cenário externo favorável, o que lhes permitiu melhorar conjuntamente alguns indicadores, além de ampliar o financiamento de políticas sociais focalizadas e meramente compensatórias.

Com a mesma estratégia neoliberal de desenvolvimento, e a virada no cenário externo, a economia brasileira se depara com os problemas estruturais de sempre, agora agravados por essa estratégia. Aliás, mesmo antes de culminado o golpe, a equipe econômica do governo anterior já vinha sinalizando, há muito tempo, justamente o

aprofundamento deste programa.

Qual é a proposta inovadora, necessária e quase consensual, segundo o atual governo pós-golpe? Aprofundar justamente aquilo que agravou os problemas pelos quais passamos. Evidentemente que a aplicação deste programa econômico atende aos interesses políticos e econômicos das classes e frações de classe que compõem o governo provisório. Por isso é que ele está sendo aplicado, com todos os custos sociais, políticos e econômicos que implica.

Se essa ponte leva para algum futuro, já estivemos nele. Já o conhecemos. Maior fragilidade financeira, vulnerabilidade externa, concentração de renda e riqueza, dependência. Uma ponte para um futuro que conhecemos no passado, historicamente, não pode ser o que queremos. Ao menos não é o que queremos os que, como nós, não fazem parte da aliança política que sustenta os interesses do atual governo.

* É presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), professor associado da Faculdade de Economia da UFF, membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Marx e Marxismo (NIEP-UFF) e professor colaborador da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF-MST).

1 http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER_A4-28.10.15-Online.pdf



A saída da crise ainda será demorada



Antonio Corrêa de Lacerda*

Se a economia brasileira recuou 3,8% no ano que passou, os investimentos, medidos pela Formação Bruta de Capital Fixo, caíram 14,1%. Foram vários os fatores que fizeram com que houvesse essa retração.

O almejado ajuste fiscal implicou cortes de gastos, incluindo os investimentos, não apenas por parte da União, mas também dos estados e municípios. Além disso, o aumento da taxa básica de juros (Selic) e a sua manutenção em nível elevado, além de estimular as aplicações financeiras em detrimento dos investimentos na produção e infraestrutura, também encareceu o custo do crédito e financiamento, outro fator desestimulador das novas inversões.

Um terceiro fator foi o impacto da retração chinesa e a queda nos preços das commodities. Ao contrário do se poderia pensar, a diminuição dos preços do petróleo bruto, dos minérios e da soja, para citar os principais, não afetou somente o resultado das exportações, mas também inibiu novos projetos por parte de grandes empresas, devido à queda da sua receita e rentabilidade.

O quarto fator, a Operação Lava Jato, sem entrar no mérito da sua utilidade para coibir a corrupção, tem significado na prática a paralisia de setores chave para o país, como os complexos de petróleo e gás e construção pesada e toda a sua cadeia de fornecedores e prestadores de serviços.

Por último, mas não menos importante, a crise política gera incerteza quanto ao futuro, também im-

pactando negativamente as decisões, levando ao adiamento, ou mesmo cancelamento de investimentos.

Como todos estes fatores continuam presentes no cenário político-econômico, nada nos faz crer que o quadro possa se alterar. Teremos uma nova retração expressiva nos investimentos este ano.

Mas, por outro lado, nada indica que estejamos fadados a uma crise interminável. Há aspectos relevantes a serem considerados. O Brasil é o único país do G-20 que tem uma expressiva demanda ainda reprimida na infraestrutura, por exemplo. Há muitas outras oportunidades no agronegócio, na indústria e nos serviços.

Internamente, as elevadas taxas de juros oferecidas para os credores da dívida pública continuam sendo um fator de desestímulo aos investimentos em novos projetos de infraestrutura.

Na recente sabatina realizada no Senado Federal que aprovou a indicação de Ilan Goldfajn para a presidência do Banco Central (BC), houve ênfase na recuperação do tripé macroeconômico: metas de inflação, responsabilidade fiscal e câmbio flutuante. Não há dúvida que o mandato em questão de presidente do BC refere-se à defesa da moeda, e o discurso não surpreende, também levando em conta a formação e atuação profissional do indicado.

No entanto, vale destacar alguns aspectos relevantes especialmente no que se refere à política cambial. É sabido que a utilização da política cambial como instrumento de controle de inflação de curto prazo foi um recurso recorrente em praticamente todos os

governos dos últimos trinta anos, para focarmos em um período mais recente da nossa história.

No governo Sarney (1985-1989) foi um dos elementos da implantação do Plano Cruzado; nos Governos Itamar/Fernando Henrique Cardoso foi adotado explicitamente como “âncora”, na primeira fase do Plano Real (1994-1998); no governo Lula (2002-2010), embora já vigesse o Regime de Metas de Inflação, que fora adotado em 1999, a valorização artificial da moeda foi elemento fundamental para o controle da inflação. Já o governo Dilma (2011-...), depois de ter herdado um real valorizado, fez uma tentativa de desvalorização em meados e no final do seu primeiro mandato, assim como no início do segundo mandato visando estimular a indústria e as exportações.

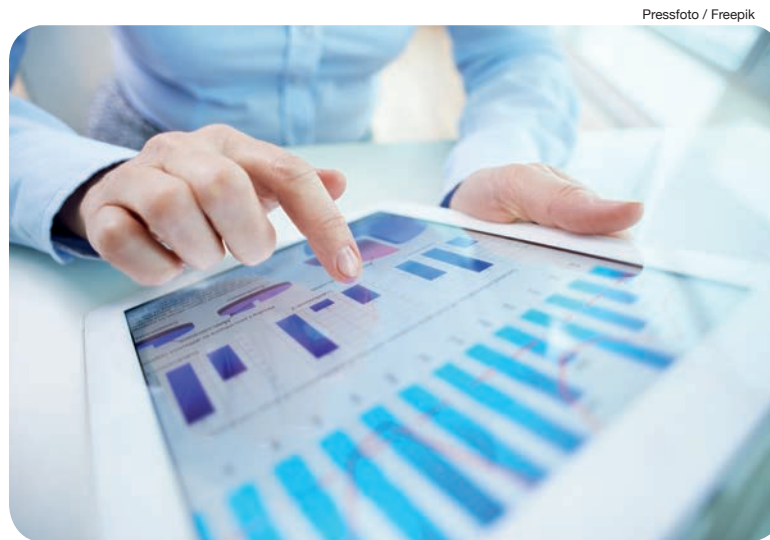
O apelo à valorização artificial da moeda é grande no Brasil. A renda da exportação de commodities, associada à prática de juros reais elevados, proporciona um terreno fértil para isso. Os resultados de curto prazo são inegáveis, com o barateamento das importações e das viagens e compras no exterior. O problema é que esse ganho de curto prazo se esvai no médio e longo prazos, trazendo consequências danosas para a indústria, que perde tecido, desestimula as exportações de manufaturados e o emprego nesses setores, assim como deteriora as contas externas.

Portanto, um retorno à prática da valorização do real é inoportuno. A desvalorização, observada ao longo de 2015 e início de 2016, restabeleceu as condições de competitividade, que, aliadas a outros ajustes macroeconômicos e práticas inteli-

gentes de políticas de competitividade (políticas industrial, comercial e de inovação), permitiriam viabilizar a reindustrialização, com todos os benefícios do processo: crescimento sustentado e geração de emprego, renda e receita tributária, além de equilíbrio intertemporal das contas externas.

Mas tudo isso não é automático, nem tampouco de curto prazo. É preciso persistir nos ajustes, lembrando que uma taxa de câmbio de equilíbrio industrial é uma condição *sine qua non*, porém não única. Ressalte-se, adicionalmente, que o cenário internacional de hoje é bastante diferente do observado na primeira década dos anos 2000, em que o Brasil se aproveitou de um crescimento expressivo da China e crescimento de preços. A economia brasileira segue apresentando indicadores negativos no que se refere ao nível de atividades e investimentos. O ambiente político, ainda longe de uma estabilização, permanece como fator de incerteza.

As primeiras medidas do governo provisório apontam para uma guinada em vários aspectos, especialmente quanto ao papel do Estado, dos bancos públicos e dos programas sociais. Embora essas medidas pró-mercado encontrem receptividade em alguns setores, especialmente no mercado financeiro, elas não garantem um ambiente favorável ao investimento na produção e na infraestrutura. Para isso também contribuem não apenas aspectos regulatórios e de ambiente de negócios, ainda claramente desfavoráveis para as decisões, mas também a prática de uma taxa de juros muito acima da média internacional e da rentabilidade esperada nessas atividades. A falta de sintonia fina do conjunto das políticas macroeconômicas segue sendo um



Pressfoto / Freepik

grande desafio para os decisores. A questão é que muitas vezes objetivos individuais conflitam com o todo. É o caso típico das políticas fiscal e monetária. Esta não é uma particularidade brasileira. Afeta a todas as economias, mas que, no nosso caso, dadas as peculiaridades, se mostra ainda mais evidente.

Na tríade EUA, Europa e Japão, tem prevalecido, desde que os efeitos da crise *subprime* se mostraram evidentes em 2008/2009, uma política monetária frouxa, com juros reais muito baixos, atualmente negativos. Trata-se de uma postura coordenada e pragmática dos bancos centrais destes países diante do óbvio, que é a fraca recuperação da atividade, no caso da economia norte-americana, risco de recessão em alguns países da Europa e uma longa estagnação/baixo crescimento japonês.

O objetivo dos bancos centrais dos países citados é baratear o custo de capital para empresas e consumidores, assim como dos encargos sobre a dívida pública. É uma busca contínua pela recuperação de uma grave crise global, cuja saída definitiva não se apresenta no horizonte de curto/médio prazo. Se isso não resolve a crise, pelo menos ameniza os seus efeitos.

No caso brasileiro, na busca do almejado “equilíbrio fiscal”, tem-se cometido erros claros de escolhas. A dobradinha corte de gastos e tentativa de aumento de receitas via aumento da tributação esbarra nos efeitos da recessão em curso. Redução de investimentos públicos e de gastos sociais diminui a demanda agregada, portanto, a arrecadação tributária potencial. Na política monetária, ao contrário dos países citados e da quase totalidade dos demais, pratica-se há tempos uma elevadíssima taxa de juros reais básicos. Para uma inflação esperada de cerca de 6% nos próximos 12 meses (Boletim Focus de 17/06/2016, ver www.bcb.gov.br/pec), pratica-se uma taxa de juros básica (Selic) de 14,25% ao ano. Isso implica um juro real da ordem de quase 8% ao ano! Como as taxas de juros ao tomador final, empresas e consumidores são muitas vezes superiores à básica, elas também contribuem para a contração da economia, pois o custo do crédito e do financiamento se torna proibitivo e inviabiliza as operações.

Dáí a importância de uma visão de longo prazo e coerências entre as políticas fiscal e monetária. É preciso buscar a sustentabilidade fiscal, mas insistir em tentar fa-

zê-lo no curto prazo se torna inviável, dadas as condições descritas.

A iniciativa do governo interino de apresentar um plano fiscal que vise evitar que os gastos sejam crescentes em termos reais pode ser inócua se não houver a determinação de promover mudanças importantes no cenário:

- A primeira é reconhecer que o chamado “ajuste fiscal” é inviável com uma economia em recessão como a nossa. Ao contrário, é preciso que o gasto público de qualidade cumpra o seu papel anticíclico, tendo em vista a retração da demanda das empresas e das famílias. Como na maioria dos países, o déficit primário é uma consequência por um período de tempo;
- A segunda é apresentar um programa de longo prazo para o desempenho dos gastos, atrelado a uma reforma tributária, que vise corrigir disparidades da nossa estrutura, assim como simplificá-la;
- A terceira é enfrentar a rigidez da dívida pública e o seu custo de financiamento. Não é sustentável continuar a oferecer remuneração real a aplicações em títulos da dívida pública de curto prazo e um juro real incompatível com a média internacional e com o retorno econômico e social das atividades por ela financiadas;
- A quarta é rever o regime de metas de inflação (RMI). Decorridos quase 17 anos da implantação do RMI, é preciso evoluir na definição da inflação relevante a ser considerada e na desindexação (formal e informal) remanescente em preços e contratos, assim como nas metas de inflação e seus prazos de atingimento.

* É professor-doutor da PUC-SP, associada da Fundação Dom Cabral e sócio-diretor da MacroSector Consultoria.

Brasil do futuro incerto

Marcio Pochmann*

Neste início do século 21, a economia brasileira encontra-se diante de duas visões distintas. De um lado, aquela que resulta da identificação do Brasil do presente como resultado dos problemas do passado e, de outro, a localização dos problemas no presente como entraves ao futuro superior.

Como se sabe, a ascensão do provisório governo Temer resultou justamente da perspectiva neoliberal de que tudo está errado no Brasil. A perspectiva do colonizado pela descrença generalizada no poder transformador do povo local segue alimentando parte importante da elite nacional, capaz de contaminar a sociedade com a ideia de que o bom mesmo encontra-se fora do país.

Assim, o ministério das Relações Exteriores passa atualmente a abandonar o sentido da soberania nacional, promovendo rapidamente a subordinação e passivação junto aos interesses estrangeiros dominantes. O governo Temer manifesta-se também favorável à venda das empresas públicas ao setor privado, sobretudo internacional.

Nesta toada, o ouro da coroa, como a Petrobrás, Eletrobrás e outras, irão junto com a água suja da corrupção. Por conta disso que as indicações de expoentes do governo Fernando Henrique Cardoso, como Gustavo Loyola e Pedro Malan, que bradavam nos anos de 1990 de que no Brasil, até o passado é incerto, têm sido recuperadas por jornalistas entreguistas e políticos neoliberais para sustentar o seu descrédito no futuro do Brasil.

O desfazimento do passado deve vir logo, anunciando e con-

firmado recorrentemente que os governos liderados pelo PT desde 2003 foram trágicos para o país. Ademais, a própria Constituição federal de 1988 não mais poderia se manter ativa e alta.

O retorno ao século 19 se faria necessário, quando a sociedade dos 2/3 era a ideal, segundo a perspectiva das velhas elites da época. Como somente 1/3 da sociedade cabia no orçamento público, era isso o possível para o Brasil do passado.

Ao contrário disso, a perspectiva de que o enfrentamento dos problemas atuais, como a desigualdade derivada do baixo dinamismo econômico e da péssima distribuição de renda e de oportunidades, apontaria para o porvir superior. Neste sentido, a insistência na inclusão de toda a sociedade no orçamento público, por exemplo, levaria inexoravelmente ao encurtamento do espaço fiscal para a cobertura plena dos interesses dos ricos.

Ao contrário do ajuste fiscal proposto pelo governo Temer, que busca conter as despesas primárias (saúde pública, o Sistema Único de Saúde, a Previdência e Assistência Social e outras) ao ritmo da inflação passada, regredindo a sua participação relativa à evolução do Produto Interno Bruto, o caminho seria outro. Sem isso, as despesas financeiras que alimentam a renda dos ricos na forma dos juros da dívida pública manter-se-ão livres, com crescimento acima da inflação, com maior espaço no orçamento público.

Não causa espanto, portanto, revelar que neste início do segundo semestre de 2016, a desesperança se generaliza em torno do provisório governo Temer, não

apenas no âmbito da política e sociedade, como também na economia, em que o tema da saída da recessão econômica tem sido colocado em pauta. Sobre isso, aliás, há que se questionar, inicialmente, a respeito de qual recuperação econômica se está mencionando.

Ao se analisar a trajetória de longo prazo da economia brasileira identificam-se dois tipos principais de recuperação após ambientes recessivos. De um lado, a recuperação simples, que permite ocupar a capacidade ociosa gerada pela recessão anterior, desapegada da ampliação dos investimentos.

Neste sentido, a recuperação da economia possibilita elevar o nível de renda sem favorecer, contudo, o aumento da capacidade de produção. O resultado é a mera ocupação da capacidade produtiva ociosa, desprovida da possibilidade de fazer com que o nível de atividade siga crescendo sustentadamente no período seguinte, o que gera baixo dinamismo e estagnação da renda por habitante.

De outro lado, há a recuperação complexa, que favorece tanto a ocupação da capacidade ociosa existente como a elevação da taxa de investimentos. Assim, a saída da recessão compreende as bases de um novo ciclo de expansão sólido, distante da situação de baixo dinamismo econômico ou mesmo de estagnação da renda *per capita*.

Nas quatro recessões as quais o Brasil esteve submetido, percebe-se que somente uma delas pode ser definida por complexa. Diante da profunda recessão no início da década de 1930, o governo provisório de Getúlio Vargas estabeleceu uma nova política econômica e social que reverteu a tendência



de queda da produção, ao mesmo tempo em que configurou o novo ciclo de crescimento de longo prazo da produção nacional.

Nas recessões de 1981 a 1983 e de 1990 a 1992, a recuperação econômica foi simplesmente a ocupação da capacidade ociosa a partir da melhora do setor externo, mas distante de uma retomada consistente dos investimentos. O que se assistiu de recuperação iniciada tanto em 1984 como em 1993 foram dois períodos seguidos de baixo dinamismo econômico, apontando para prevalência da estagnação da renda *per capita* nacional.

A recessão de 2009 foi estancada mediante a adoção de política econômica anticíclica de apoio ao mercado interno, cujo objetivo associado era o de inaugurar um novo ciclo de expansão dos investimentos. Pela reorientação da política econômica e social desde 2011, contudo, o investimento não voltou a ser acelerado, o que levou o país novamente ao baixo dinamismo da produção e à estagnação da renda *per capita* nacional.

Para a recessão atual, que se

iniciou em 2015, constata-se fundamentalmente a reversão puxada pelo setor externo frente à desvalorização cambial. Diante do quadro recessivo, sobretudo no mercado interno, teria o setor externo capacidade suficiente para indicar a saída econômica, como verificado em 1984 e 1993?

É uma aposta que somente os próximos meses poderão confirmar ou não. De todo modo, se isso vier a acontecer de fato, o Brasil estará, possivelmente, reafirman-

do mais uma vez o padrão de recuperação econômica simples, que, desacompanhado da elevação da taxa de investimento, tende a promover tão somente o baixo dinamismo e a estagnação da renda *per capita* nacional.

Neste sentido, o Brasil que era visto desde a primeira metade do século passado como país do futu-

ro, passa a ser identificado pela visão neoliberal como o de passado incerto. A perspectiva do austríaco Stefan Zweig apresentada em 1941 sobre o país do futuro, por conta do vigor de suas transformações e a diversidade do seu porvir, estaria colocada cada vez mais em dúvida.

Mas Stefan Zweig não estaria errado, posto que entre os anos de 1890 e 1980, por exemplo, o Brasil foi o segundo país que mais cresceu no mundo. Somente nas três décadas após a Segunda Guerra Mundial, a economia brasileira registrou desempenho comparável à China atual.

Com todo este desempenho, a aposta no futuro brilhante para um país com dimensão continental, riqueza natural e povo dinâmico e promissor seria certa. Tudo isso, ainda que indispensável, não parece ter sido suficiente, especialmente para os neoliberais que seguem não acreditando nos brasileiros.

Diante de um futuro incerto, a recuperação econômica segue posta em dúvida. Assim, o Brasil se mantém atrelado à lógica do curto prazo, sem explicitar um projeto de desenvolvimento capaz de conformar uma nova maioria política que lidere o caminho em direção ao futuro superior.

* É professor do Instituto de Economia e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, ambos da Unicamp.



Por que *quase* todo economista deveria se preocupar

Arthur Koblitz*

Porque, se você já é contra a privatização, deveria se preocupar com todas as indicações que já foram dadas de que o processo de privatização será turbinado pela gestão Temer.

Talvez você tenha se tranquilizado com análises como a do Marcos Nobre no Valor Econômico, que julga que “o que resta para Michel Temer é assumir sua condição de José Sarney. Os delírios de Margaret Thatcher podem bem animar plateias em palestras para investidores, mas não vão convencer quem não tem emprego, renda, ou remédio no posto de saúde. E o segredo do período Sarney é simples: aceitar a própria mediocridade, nunca criar expectativa alguma. Apenas fingir de morto e se esforçar para convencer de que não vai deixar a peteca cair de vez” (30/05/2016 – ‘O dia em que Temer sonhou com Thatcher’). Essa análise pode até estar correta quando circunscrita à política macroeconômica de curto prazo, mas o mesmo pode não valer para as privatizações. Vale elencar alguns argumentos em defesa dessa possibilidade.

Em primeiro lugar, do que foi apresentado até o momento pela nova diretoria do BNDES, a única coisa que ficou realmente clara é o compromisso com a “privatização”. Essa é a opinião, por exemplo, do ex-presidente do Banco Central Gustavo Franco, que esteve presente na posse da nova presidente e comentou: “Muito interessante ouvir a palavra



privatização pronunciada nesta casa de forma tão enfática... É uma novidade certamente muito bem-vinda”. É verdade que o economista também destacou “a novidade” do compromisso com o saneamento básico. Mas nesse setor a política pública proposta também é a de privatização, como mostra a discussão atual sobre condicionar a renegociação da dívida dos estados à venda das companhias estaduais de saneamento. Além da privatização do saneamento básico, outros elementos fazem parte do novo discurso. Mas aqui nada concreto foi apontado. Por exemplo, foi repetido algumas vezes que o BNDES deve apoiar apenas projetos onde “os retornos sociais são mais amplos que os retornos privados”. A revelado-

ra reação de Franco foi: “É o que o BNDES sempre fez”.

Em segundo lugar, dados os escândalos de corrupção na Petrobras, está aberta a oportunidade para o discurso neoliberal capitalizar apoio popular propagandeando a fórmula menos estatais = menos corrupção, como já fez em editorial o jornal O Globo, no dia 26/06/2016. À falácia desse argumento é importante contrapor a simples consideração de que um governo corrupto pode ganhar tanto no fluxo, ou seja, na operação ao longo do tempo da estatal, como no estoque, ou seja, vender ativos estatais é uma grande oportunidade para um governo corrupto enriquecer seus principais dirigentes e ministros (Joseph Stiglitz, Globalização

e seus descontentes, cap.3).

Em terceiro lugar, é verdade que a privatização nunca deixou de acontecer durante as administrações petistas, apesar de toda retórica eleitoral, mas agora a promessa, segundo outro ícone neoliberal dos anos 90, Elena Landau, é de que “tem que acabar com essa privatização envergonhada” (Folha de São Paulo, 12/05/2016). “Tem que ser privatização de fato, venda de controle”. Em resumo, “É hora de privatizar” (Folha de São Paulo, 17/09/2015). É tolice não perceber que uma inflexão nesse terreno está se armando. É nesses termos mesmo que se fala em aumentar a velocidade em relação ao que vinha sendo feito. É claro, há declarações de que o processo deve ser planejado, tem que se pensar no que se quer para cada setor. Mas esse discurso também esteve presente nos anos 90. Aperta a crise, vende-se tudo de qualquer forma para reduzir a dívida pública.

Em quarto lugar, a presente crise econômica é o cenário perfeito para o “tratamento de choque”: não há outra saída, temos que vender, é tudo uma questão de aritmética, etc.

Porque se você é a favor da privatização, é importante que saiba que mesmo seus defensores concordam que, para que esse processo seja bem-sucedido, algumas condições devem ser atendidas e a forma de privatizar importa.

Privatizar rápido sem cuidar previamente do ambiente regulatório/competitivo leva previsivelmente ao estabelecimento

Preocupar com as privatizações do governo Temer?

de organizações com interesses poderosos em manter seu poder econômico e condições de acesso a recursos financeiros, de forma a sabotar o processo de regulação, cooptando a agência reguladora. O resultado é que, ao invés de a privatização gerar as promessas de mais investimento nesses setores e aumento de eficiência, o resultado é a pilhagem dos ex-ativos públicos. Ainda que essas considerações fossem feitas nos anos 90, os defensores da privatização racionalizaram o atropelamento da questão regulatória com o discurso que a venda dos ativos foi a forma de pressionar para que a regulação fosse concluída. De novo a história do desempenho do setor elétrico brasileiro é mais um exemplo na América Latina de uma crônica de uma morte anunciada.

Os impactos frequentes da privatização são reestruturações administrativas que levam à eliminação de muitos postos de trabalho. Defensores da privatização costumam argumentar que é preciso não focar apenas no emprego perdido nas empresas privatizadas, mas nos efeitos mais amplos da melhoria de produtividade para a dinâmica da economia. A realidade é que a consideração de uma análise mais global pode levar a um julgamento até mais negativo do impacto da privatização. Veja-se o caso das demissões massivas da CSN e o impacto que deixou até hoje sobre toda a região em torno de Volta Redonda. Por isso, adeptos mais ponderados

da privatização recomendam que o programa deve vir acompanhado de políticas econômicas, por exemplo, de juros baixos, voltadas para compensar os empregos que serão inevitavelmente perdidos nos setores privatizados.

Em segundo lugar, se você é a favor da privatização, mas acredita em democracia, deveria parar para pensar se o governo atual tem mandato para tocar um programa de privatização que não foi aprovado nas urnas. De fato, o contrário pode ser dito. Nas últimas três eleições presidenciais o debate em torno da privatização foi um dos poucos temas de substância que chegou a ganhar relevância, e quem ficou com a pecha de privatista perdeu a eleição. Se a legitimidade de uma “privatização envergonhada” deve ser criticada do ponto de vista democrático, o que dizer de uma privatização escancarada, que como vimos defendem economistas ligados ao governo Temer?

Mas se você está entre os que acham que a privatização foi bem-sucedida em alguns casos, mas não foi em outros, é importante que saiba que, mesmo nos casos considerados bem-sucedidos de privatização no Brasil, uma série de promessas fundamentais não foram atendidas e uma série de pressupostos que fundamentaram a privatização dos anos 90 não se verificaram. A privatização de telecomunicações, considerado o caso de maior “sucesso” da experiência brasileira, onde houve a preparação do ambien-

te regulatório/competitivo previamente à privatização, depois de quase 30 anos não alcançou a meta de universalização, apresenta tarifas caríssimas em termos de padrões internacionais, distribui regressivamente os custos do sistema, absorveu grandes quantidades de recursos públicos, e criou empresas insustentáveis, como mostra o caso recente da Oi.

Além disso, o atual governo pretende priorizar a privatização (ou a concessão privada) de saneamento básico. A experiência contrária à privatização de saneamento não poderia ser mais bem-ilustrada pelo exemplo da cidade de Paris. A França é o berço das maiores empresas do mundo do setor. Depois de 25 anos de gestão privada pelas maiores empresas francesas, a cidade optou pela remunicipalização do seu sistema de saneamento. Na Europa, os melhores sistemas de água e saneamento são geridos por empresas públicas, como são os casos da Alemanha e da Suécia. Mas isso não é apenas uma norma europeia. Em 90% das 400 maiores cidades do mundo o sistema de saneamento é gerido pelo setor público. A revisão da experiência europeia mostra que os argumentos clássicos de aumento de eficiência e atração de recursos não públicos para a expansão do sistema não são verificados nesse setor (ver o relatório divulgado pela European Public Service Union em 2012, *Why water is a public service: exposing the myths of privatization*).

O discurso da moda de

quem defende a privatização é de que apenas se pode discordar da privatização por razões ideológicas, o que sugere que não há base técnica para ser contra a privatização e que os argumentos dos defensores da privatização não são ideológicos. Quanto às razões ideológicas contrárias à privatização, elas devem ser explicitadas sem constrangimentos. No Brasil e em quase toda América Latina a aprovação das privatizações cai continuamente desde o final dos anos 90. Em quase todos países nunca tiveram aprovação da maioria da população. Então a adesão à ideologia democrática deveria ser um empecilho a qualquer iniciativa de reforma privatista sem a realização de consultas populares específicas. Outra ideologia, o nacionalismo, deveria ser também assumida como uma razão para se opor à privatização de setores estratégicos em países em desenvolvimento. Contudo, ao contrário do que sugere o discurso privatista, nem só de ideologias dependem os argumentos contrários à privatização. De fato, a formulação privatista da moda precisa ser invertida. Dados o fracasso para atender algumas de suas promessas fundamentais, os casos de evidente regressão em alguns setores e a experiência do Brasil dos últimos 20 anos, requer uma devota adesão à ideologia neoliberal da parte dos que continuam sinceramente acreditando na prioridade dessa agenda.

* É doutor em Economia pelo IE/UFRJ.

Uma ponte para o atraso

Carlos Pinkusfeld Bastos*

O futuro, no vocabulário político, representa não apenas uma referência temporal que segue o momento presente, mas incorpora um valor positivo de esperança e superação das falhas e problemas do passado. Não surpreende que o nome do projeto econômico apresentado pelo PMDB como sua credencial para opção política ao governo do PT tenha adotado o termo, como o ponto de chegada de uma “ponte” sobre a profunda crise do presente. O programa tem como sua peça de resistência uma série de propostas para resolver uma suposta “grave crise fiscal” refletida inicialmente no déficit nominal elevado de 2016, que se origina na própria recessão/queda das receitas e elevados juros nominais, e no indicador de dívida bruta. Entretanto, parte do documento é dedicada a identificar problemas estruturais, ou seja, uma tendência de elevação persistente do dispêndio que causaria efeitos negativos sobre a economia no longo prazo. A recente, e verdadeira, tragédia grega exemplifica bem tal situação.

Há um número muito grande de críticas que podem, e devem, ser feitas a vários pontos específicos do texto: a própria escolha dos indicadores déficit nominal e não operacional; a escolha da dívida bruta e não líquida; as hipóteses subjacentes tanto do funcionamento da economia capitalista e de seu processo de acumulação quanto das suposições de política econômica subjacentes às projeções de evolução do gasto, entre outras.

Entretanto, mais além de enumerar tais questões de fundo, ou

os aspectos estruturais, há no texto uma ausência de clara distinção entre as políticas de ajuste estrutural e as dificuldades de curto prazo. Em nenhum ponto, claramente, se estabelece que um suposto processo de consolidação fiscal estrutural se sujeitaria à superação da forte recessão corrente. Em outras palavras, não se diz claramente que no curto prazo um processo de consolidação (ajuste) fiscal só jogaria a economia em uma espiral deflacionária com uma deterioração de indicadores de déficit e dívida.

Alinhadas com a ortodoxia fiscal, as outras propostas sugerem mais abertura, mais privatização e menos ênfase na integração regional sul-americana. Assim, as linhas gerais do programa são uma lista de propostas liberais, o que suscitou rápida reação dos críticos, sugerindo que a ponte para o futuro mais parece um retorno ao passado dos anos 1990.

Cabe uma observação geral sobre o contexto de tal proposta: definitivamente a segunda década do século XXI não são os anos 1990. Há muito que o neoliberalismo, no cenário internacional, perdeu seu brilho como modelo incontestante, a única opção racional do famoso acrônimo TINA (*there is no alternative* – não há alternativa) de Margaret Thatcher.

Exemplos desta rebelião intelectual não faltam.

O economista Piketty lançou em 2013 seu *best-seller*, *O Capital no Século XXI*, no qual alertava para uma das graves consequências da era neoliberal, inaugurada no mundo nos anos 1980: o crescimento da concentração de renda, especialmente nos EUA. Independentemente dos problemas teóricos do



modelo de Piketty, seu extraordinário trabalho empírico revela um fenômeno social grave cujos reflexos atuais na política, tanto dos EUA quanto da Europa, são inquietantes.

Não só os críticos mais à esquerda vêm atacando o outrora intocável dogma neoliberal. Um autor de insuspeitas credenciais ortodoxas como Lawrence Summers acredita que o baixo crescimento mundial recente pode ser caracterizado como uma “estagnação secular”. A explicação é bastante ortodoxa: a existência de uma taxa natural de lucros, que equilibra a poupança e investimento de pleno emprego, muito reduzida, o que torna a política monetária ineficiente. Entretanto, a consequência de tal suposição em termos de política econômica é muito relevante. Primeiramente, a ineficiência da política monetária implica a necessidade de uma política fiscal expansionista, uma crítica direta às políticas de consolidação fiscal recentemente aplicadas nos EUA e Europa. Infelizmente, a mesma fé irracional em “fadas da confiança”, que se ma-

terializariam em períodos de contracionismo fiscal tornando-os expansionistas, alentou o sonho das políticas iniciais do governo Dilma II, sob o comando de Joaquim Levy, e que acabaram por virar o pior pesadelo da presidenta.

É importante observar que, ao definir o problema do crescimento como falta de demanda efetiva, Summers critica as abordagens neoclássicas cujo foco de análise está na questão da oferta, ou seja, na busca da liberdade para as forças de mercado a fim de garantir o maior crescimento possível. Nesse caso estão as tradicionais “reformas estruturais” que quase sempre incluem uma maior flexibilidade no mercado de trabalho que permita a queda do salário real visando aumentar o emprego.

Para Summers (2015), “Structural reform has been tried for many years in Europe, which is now likely approaching its third recession. It is not even clear that this reform works in the right direction. If supply increases without a concomitant demand increase, deflationary pressure increases.”(p. 63)

Finalmente, outra fonte insuspeita de crítica à ortodoxia neoliberal vem do artigo escrito por três economistas do FMI (Ostry, Loungani, Furceri, 2016), no qual reconhecem os problemas de uma conta financeira totalmente desregulada para o crescimento de economias, especificamente no que diz respeito aos fluxos de capital de curto prazo e, assim como Summers, à excessiva fé nos efeitos positivos em consolidações fiscais (políticas contracionistas com o objetivo de reduzir a relação dívida/PIB). Os autores reconhecem que consolidações fiscais levam a

maior desemprego e desigualdade. Esta última por sua vez seria um fator, lembrado por Piketty, que reforçaria o baixo crescimento.

Então, por que estaria o Brasil na contramão de representantes mesmo do *mainstream*? Seria em razão da ponte para o futuro se espelhar num passado de glórias?

Por mais que certos setores da imprensa e dos economistas ortodoxos pretendam pintar a década de 2000 como uma terrível regressão frente a um cenário muito favorável deixado pelos governos do PSDB, os dados não confirmam tal fantasia. A taxa média de crescimento destes dois governos conseguiu ficar em um nível ainda mais baixo que a média do período de crise da dívida e hiperinflação (1982 a 1994). Raras vezes se acumulou tão pouco capital como então: a taxa média de investimento sobre o PIB caiu cerca de 4% utilizando-se a mesma comparação anterior, ou seja, a formação de capital, a criação de nova capacidade produtiva se contraiu fortemente no período, e como se sabe é esta nova capacidade que permite a generalização do progresso técnico e os ganhos de produtividade. Não deixa de ser curioso a crítica tão forte dos economistas liberais a um suposto modelo de estímulo ao consumo na primeira década de 2000 quando a formação bruta de capital no período foi superior à do período anterior.

Não surpreende, então, que a taxa média de desemprego em 2002 tenha sido de 11,7%, enquanto a taxa média de 2015, mesmo depois da desastrosa política contracionista recessiva deste ano, foi de 7,1%.

Entretanto, uma volta ao passado levanta outras questões quanto à aposta em um receituário que já não foi bem-sucedido.



O projeto de privatização parece sinalizar para a continuação de concessões na área de infraestrutura, o que não representa nenhuma mudança radical com a política corrente. Mais especificamente é quase impossível entender como “privatizações” nas áreas de saneamento, por exemplo, podem contribuir para ganhos de produtividade generalizados da economia. Outra questão nada trivial é entender por que, num monopólio natural clássico, a propriedade do setor privado traria algum benefício ao consumidor. Não só este é um caso de livro-texto para intervenções públicas, como as experiências brasileiras recentes nos serviços públicos privatizados só confirmam uma posição de forte suspeição quanto à “vantagem” na gestão do setor privado.

Também não tendo sido capaz de tornar competitiva internacionalmente a indústria brasileira na década de 1990, a fé na abertura econômica e na integração em blocos liderados pelos EUA terá que enfrentar um novo ambiente internacional, no qual os EUA buscam estender a pressão da abertura para

muito além do simples comércio. Esta estratégia incluiria concessões de natureza institucional, como a questão de patentes, propriedade intelectual, disputa de contenciosos fora da égide dos estados nacionais e eliminação de preferência para empresas domésticas nas compras públicas.

Ademais, as medidas dos EUA, especificamente o giro para a Ásia, têm como pano de fundo disputas geopolíticas com a China e também a Rússia, ou seja, uma adesão a este projeto entraria em confronto direto com o projeto BRICS, no qual poder-se-ia buscar uma inserção internacional mais ativa.

Também na área do petróleo é duvidoso que, em meio a uma crise setorial profunda, dada a forte queda dos preços das commodities, haverá grande interesse de investimento em ampliação na prospecção. Por outro lado, um eventual enfraquecimento da Petrobras pode representar o abandono do projeto de desenvolvimento de tecnologia local a partir da expansão do pré-sal.

Em resumo, como depositar tanta fé num modelo cuja eficiência e benefício social atemporais

vêm sendo intelectualmente contestados, não mais apenas por seus críticos tradicionais mas por antigos defensores; cujo passado trouxe resultados para lá de duvidosos na economia brasileira e, principalmente, cuja aplicação no presente sinaliza para um aprofundamento da crise que se estende já por dois anos? Se do futuro retirarmos seu espaço mítico de morada da esperança, somos remetidos a uma trajetória de baixo crescimento, elevação da desigualdade, exacerbação da restrição externa e das tensões sociais urbanas. Como tantos projetos no Brasil que não saíram do papel, esta ponte deveria ser candidata número um ao eterno esquecimento.

Referências

- Ostry, J.D., Loungani, P. e Furceri, D. (2016) “*Neoliberalism: Oversold?*” em *Finance and Development*, Junho p. 38 – 41.
Summers, L. H. (2015). “*Demand side secular stagnation*”. *The American Economic Review*, 105(5), 60-65.

* É professor do IE/UFRJ, mestre pelo IE/UFRJ e PhD pela New School for Social Research EUA/NYC.

Ponte para o abismo



J. Carlos de Assis*

É um equívoco conceitual chamar de “ponte para o futuro” as iniciativas fragmentadas já assumidas pelo governo usurpador de Michel Temer, algumas das quais postas em execução. Nelas não se vislumbra nenhum futuro para o país, especialmente em matéria econômica. Mas é também um equívoco ver nesse pacote infame uma “ponte para o passado”. De fato, no passado recente houve políticas de grande virtude, como foi o caso das políticas anticíclicas de 2009 e 2010, que renderam um crescimento de 7,5% nesse último ano, o que está longe de acontecer com o pacote Temer.

O que o usurpador oferece é uma “ponte para o abismo”. Jamais houve o caso, exceto com os militares, em que um chefe de Governo tenha assumido a administração do país sem discussão prévia do seu programa, de forma a dar ao eleitor uma oportunidade mínima de confronto com outros candidatos e de escolha entre eles. Houve, sim, casos de manipulação e de traição em face das promessas formuladas, mas não a conquista burocrática da Presidência de uma forma que dispensa debate e eleição.

O vice-presidente é eleito junto com o presidente da República. O mínimo que se esperaria, no caso de impeachment, seria que Temer se apresentasse como o continuador da aplicação do programa de Dilma. Fazer um programa próprio, aproveitando eventual cassação da Presidenta, depois de ter sido guindado à vitória na chapa dela, é um esbulho

da cidadania e da opinião pública. É por isso, não por antipatia pessoal, que o chamo de usurpador.

É verdade que a própria Presidenta não seguiu à risca suas promessas de campanha, o que possibilitou ao usurpador tentar um caminho próprio. A política econômica do PT se caracterizava por uma espécie de jogo de contrapesos pelo qual o Banco Central exercia forte ação contracionista, derrubando a economia, enquanto a política fiscal era ora contracionista, ora expansiva. A exceção, como disse, foi 2009 e 2010, de grande expansão fiscal, confrontando com total sucesso a crise mundial. Nos demais anos dos 12 do PT – os últimos dois foram contraídos pela Lava Jato e o ajuste Levy –, fizemos belas políticas sociais, porém políticas econômicas quase sempre destrutivas.

Contudo, é importante assinalar o desempenho das políticas expansivas de 2009 e 2010, porque delas resultou um crescimento chinês. O que levou Guido Mantega a dar meia volta no crescimento foi nosso eterno complexo de vira-lata, pelo qual demos ré na política expansiva de 2009 e seguimos a política imposta em 2010 à zona do euro pela Alemanha, França e Inglaterra, via BCE independente. Quase toda a Europa do euro foi condenada a um fracasso que prevalece ainda hoje, e nós fomos junto.

Pois bem, o programa fiscal-monetário de Henrique Meirelles e do BC – dado o fato de que, independentemente do seu presidente, a condução do Banco Central não deve mudar – resultará numa coordenação per-

feita entre políticas monetárias e fiscais de extrema restrição, levando provavelmente a economia a uma contração sem precedentes até o final deste ano e provavelmente no próximo. Estou falando de contração de 4 a 5% pelo terceiro ano consecutivo, e de taxas de desemprego da ordem de 15 a 25%, em média, como na Europa.

Os dirigentes sindicais estão tão afogados pela necessidade de resistir à agenda destrutiva de direitos trabalhistas e previdenciários que ainda não se deram conta da ameaça representada pela política econômica entregue a Meirelles. Diga-se de passagem que este é um dos mais despreparados ministros da Fazenda que o Brasil já conheceu, movido quase exclusivamente pela ideologia neoliberal. Nem mesmo economista ele é. Sua experiência é de banco, não de economia real. Se ficar solto, vai destruir o Brasil.

Os sindicatos ou centrais sindicais mais conscientes e combativos deveriam convocar, com urgência, uma Conferência Nacional em Defesa do Trabalho – por cima de diferenças ideológicas e políticas –, de forma a acordar o Brasil sobre o risco que todos estamos correndo com a “ponte para o abismo”. Infelizmente, os não iniciados sequer suspeitam das consequências de políticas monetária e fiscal contracionistas atuando de forma conjunta. Nunca tivemos isso antes, exceto no curto período Levy. É assustador que tenhamos de novo.

* É economista, professor, doutor pela Coppe/UFRJ e autor de mais de 20 livros sobre economia política brasileira.

A ponte do Rio que cai

Após um quarto de século, o Brasil está de novo sendo comandado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)¹. Embora seja um governo interino e considerado por muitos como golpista, avaliaremos alguns itens da proposta peemedebista “Ponte para o futuro” à luz do implementado na esfera municipal para especularmos os seus respectivos resultados. Os aspectos abordados serão: trato orçamentário, a concepção da questão previdenciária e as terceirizações.

Os períodos analisados foram 2002-2015 para os dados previdenciários e 2011-2015 para os dados de Ensino (mínimo constitucional).

Todos os valores considerados foram deflacionados através do IPCA-E de abril de 2016.

O Orçamento, segundo o PMDB

Para o PMDB há uma “excessiva rigidez das despesas” na formulação do orçamento, ou seja, uma grande parcela dos recursos já estaria comprometida. De fato, devido à Constituição e às leis posteriores, existem despesas (benefícios, em geral) que possuem valores indexados ao salário mínimo e/ou à inflação, e parte das receitas de determinados tributos (CSLL, Cofins, dentre outros) são vinculadas a gastos da Seguridade Social. Existem ainda percentuais mínimos da receita a serem gastos com Ensino e Saúde. Entretanto, mecanismos como a DRU² e o próprio remanejamento do orçamento permitem a realocação de um percentual dos recursos.

Remanejamento carioca

Na cidade do Rio de Janeiro, permite-se o remanejamento de até 30% do total do orçamento. Isto equivale a algo próximo de R\$ 10 bilhões para criar, reforçar e extinguir ações governamentais. Assim, pode-se “repriorizar” grande parte do orçamento e desconsiderar o pactuado com a sociedade na aprovação da Lei Orçamentária. De fato, pelos decretos nº 41.232 e 41.233 de 3/2/2016, a prefeitura remanejou quase R\$ 1 bilhão (Tabela 1).

Vale ressaltar alguns pontos desse remanejamento, que são ilustrativos para demonstrar como as despesas podem ser “repriorizadas”.

Através do remanejamento foram cancelados R\$ 150 milhões em Habitação. Destacam-se entre os cancelamentos: R\$ 94 milhões destinados ao Proap (Programa de Urbanização de Assentamentos Populares) e R\$ 43 milhões destinados à urbanização de assentamentos informais. Por outro lado, acrescentou, em Administração e Desporto e Lazer, aproximadamente R\$ 186 milhões, entre esses R\$ 55 milhões destinados às obras do Parque Olímpico e R\$ 88 milhões destinados à Parceria-Público-Privada com a Concessionária Rio Mais S/A, também relacionada ao projeto Parque Olímpico. Segundo a Controladoria Geral do Município, de 2013 até o momento, foi liquidado R\$ 1,9 bilhão no projeto Parque Olímpico.

Ainda nos acréscimos em Administração, podem-se apontar os aproximadamente R\$ 30 milhões acrescidos em publicidade e propaganda. Já em Educação, Saúde e Cultura foram cancelados R\$ 6,4 milhões, R\$ 9,8 milhões e R\$

11,2 milhões, respectivamente.

Sobressaem-se também os cancelamentos em Saneamento, R\$ 27 milhões em implantação e manutenção de bacias hidrográficas, e o acréscimo de R\$ 198 milhões em Reserva de Contingência, rubrica sem destino programado, o que sugere que seus créditos podem ser utilizados ou não em alguma ação governamental desconhecida até o momento.

A tal rigidez orçamentária aqui não se comprova.

Mínimo Constitucional

Outro aspecto da rigidez orçamentária são os gastos mínimos estabelecidos constitucionalmente em Ensino (art. 212, que determina a aplicação de 25% da receita de oriunda de impostos) e na Saúde (art. 198, que determina a aplicação de 15% de parte da receita).

Como está a aplicação constitucional carioca em Manuten-

ção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)?

Os pareceres de 2011 a 2014 emitidos pelo Tribunal de Contas do Município (TCMRJ) apontaram incoerência. Segundo o TCM, foram contabilizadas, irregularmente, as despesas da Contribuição Suplementar (Lei Municipal nº 5300/2011), criada para capitalizar e dar equilíbrio atuarial ao Funprevi³, portanto fora do MDE, embora não explicitamente citada no art. 71 da Lei de Diretrizes e Bases, que estabelece os negativos das despesas em questão.

Ao retirar-se a Contribuição Suplementar do cálculo do MDE, verifica-se o não cumprimento do mínimo constitucional (Tabela 2).

A Prefeitura alega que a inclusão da Contribuição Suplementar é válida, pois ela seria igual a 35% da folha de servidores ativos da Educação, e assim guardaria relação direta com gastos de educação. Po-

Tabela 1:Resumo do remanejamento por função governamental

Função	Acrescimos R\$	Cancelamentos R\$	Saldo R\$
Administração	170.550.959,0	39.896.172,0	130.654.787,0
Assistência Social	20.000.000,0	19.121.938,0	878.062,0
Ciência e Tecnologia	14.889.894,0	-	14.889.894,0
Comércio e Serviços	357.740,0	20.264.557,0	- 19.906.817,0
Cultura	19.469.488,0	30.678.976,0	- 11.209.488,0
Desporto e Lazer	54.709.769,0	240.000,0	54.469.769,0
Direitos da Cidadania	-	200.000,0	- 200.000,0
Educação	-	6.342.568,0	- 6.342.568,0
Gestão Ambiental	-	18.492.636,0	- 18.492.636,0
Habitação	-	150.000.000,0	- 150.000.000,0
Indústria	3.697.464,0	7.394.928,0	- 3.697.464,0
Saneamento	21.057.620,0	47.907.757,0	- 26.850.137,0
Saúde	-	9.822.000,0	- 9.822.000,0
Segurança Pública	9.555.433,0	2.281.045,0	7.274.388,0
Trabalho	-	944.851,0	- 944.851,0
Transporte	2.637.684,0	16.683.880,0	- 14.046.196,0
Urbanismo	406.113.376,0	550.790.346,0	- 144.676.970,0
Reserva de Contigência	198.022.227,0	-	198.022.227,0
TOTAL	921.061.654,00	921.061.654,00	-

Fonte: Decretos nº 41.232 e 41.233 de 3/2/2016.

rém, os valores da Contribuição superam esse percentual, uma vez que são estabelecidos, de fato, pelo Anexo I da Lei nº 5.300/2011. Logo, não existe relação entre a Contribuição Suplementar e a folha de ativos da Educação. Esta questão ainda está *sub judice*.

Em suma, a rigidez orçamentária fica enfraquecida na prática pela possibilidade de “repriorização” das despesas e pela constante busca em burlar o cumprimento do mínimo constitucional em Ensino.

Reforma na Previdência

Sob alegação de crise no sistema previdenciário, uma das soluções que a “Ponte para o Futuro” propõe é o aumento da idade mínima para se aposentar. À medida que os indivíduos precisam ficar mais velhos para poderem se aposentar ocorre, nas entrelinhas, um incentivo para que as pessoas recorram à previdência privada. Vale ressaltar que a previdência é, antes de tudo, um direito, que deve ser reconhecido e garantido pelo Estado.

O município do Rio escolheu adotar o modelo de capitalização para o Regime Próprio de Previdência dos Servidores, criando o Funprevi em dezembro de 2001⁴. Porém, o que se percebe é uma constante descapitalização desde que o mesmo foi implantado, demonstrando que, no médio prazo, esse modelo não é funcional. Pode-se observar que o disponível em caixa ao final do exercício diminuiu constantemente a partir do ano de 2006 (gráfico 1), sem perspectivas de aumento para o ano atual. Com uma disponibilidade baixa, o Fundo fica com dificuldades cada vez maiores de se capitalizar e de financiar as despesas previdenciárias. Tal escolha pode ser

Tabela 2 - Gasto com Manutenção e Desenvolvimento em Ensino – 2011-2015

Cálculo MDE	2011	2012	2013	2014	2015
Despesas em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (A)	2.369.419.179	2.689.804.585	3.130.092.961	3.225.502.331	3.458.895.581
Receita de Impostos (B)	9.362.117.555	10.474.979.654	12.325.274.634	12.686.556.462	13.423.254.662
Percentual MDE (A/B)	25,31%	25,68%	25,40%	25,42%	25,77%
Contribuição Suplementar em educação	679.539.850	758.410.696	821.872.337	902.719.353	976.951.242
Despesa real Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (C = A - B)	1.689.879.329	1.931.393.889	2.308.220.624	2.322.782.978	2.481.944.339
Percentual real MDE (C/B)	18,05%	18,44%	18,73%	18,31%	18,49%

Fonte: Prestação de Contas 2011-2015

uma tentativa de desresponsabilização do Estado para com a Previdência Social.

Privatização através da terceirização

A promessa do presidente interino Michel Temer é a de “executar uma política de desenvolvimento centrada na iniciativa privada” (Ponte para o Futuro, p. 18).

No Rio, ocorreu a transferência de responsabilidades do poder público para a esfera privada com a criação de contratos de terceirização, supostamente a fim de aumentar a eficiência dos serviços e flexibilizar as relações de trabalho. Porém, a experiência carioca na saúde não refletiu numa real redução de gastos⁵. Pelo contrário, as despesas com hospitais geridos por Organizações Sociais (OSs) — reguladas pela Lei Municipal nº 5.026/2009 — foram maiores do que as despesas médias com hospitais de gestão pública. Além disso, a população perde em capacidade de fiscalização devido à falta de transparência nas contas das OSs.

Considerações Finais

Os três temas aqui enfocados — trato orçamentário, questão previdenciária e terceirizações — evidenciam que a aplicação da proposta “Ponte para o futuro” já pode ser avaliada pela implemen-

tação carioca do modo pemedebista de governar.

O combate à rigidez orçamentária objetiva a transformação de dois paradigmas consagrados na Constituição de 1988: os gastos mínimos em Ensino e Saúde, através da redução dos gastos nesses setores; e a participação parlamentar, por meio do enfraquecimento dessa participação na definição das políticas públicas, ao permitir a possibilidade de “repriorizar” a lei orçamentária durante a sua execução. É interessante observar que não há crítica à rigidez fiscal e orçamentária quanto ao pagamento da dívida financeira.

Sobre a Previdência, as propostas apresentadas caminham para a redução de direitos e o fortalecimento da Previdência Privada através da paulatina e constante substituição do sistema de repartição

pelo de capitalização, apesar do evidente fracasso deste no Rio e em todo o mundo.

E a privatização de serviços públicos, longe de ajudar o equilíbrio das contas, apenas aumenta o leque de formas de repasse de dinheiro público para a órbita privada.

Enfim, a “Ponte para o futuro” é um trágico retorno ao que aconteceu de pior nos anos 1990.

1 Cabe destacar ainda que o estado e a cidade do Rio de Janeiro já estão sendo governados por este partido há sete anos.

2 A Desvinculação de Receitas da União (DRU) é um mecanismo que permite ao governo federal usar livremente 20% de todos os tributos federais vinculados por lei a fundos ou despesas.

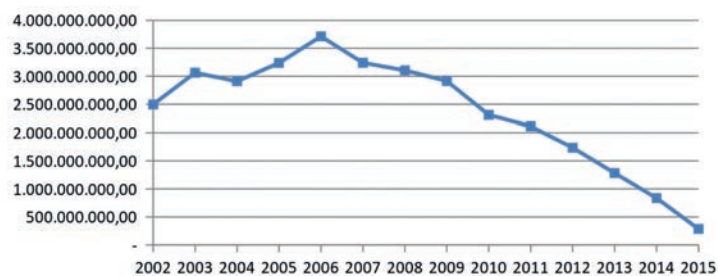
3 Fundo Especial de Previdência do Município do Rio de Janeiro.

4 Mais detalhes em Jornal dos Economistas n.º 319 – fevereiro de 2016.

5 Mais informações em Jornal dos Economistas n.º 320 — março de 2016.

Gráfico 1

Disponível em Caixa ao Fim do Exercício FUNPREVI



Fonte: Prestação de Contas do Município 2002 – 2015.